



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Categoria raça/etnia, Serviço Social e Formação profissional: um debate urgente

Rosimar de Oliveira Silva¹

Resumo

Faz-se necessário problematizar a Questão Racial no âmbito do Serviço Social, uma vez que a categoria raça/etnia surge como característica comum na população atingida pela Questão Social. O estudo aponta elementos que demonstram a importância de se discutir tal problemática no ramo acadêmico como parte do currículo básico da formação profissional. Para tal fez-se necessário a realização de uma pesquisa com acadêmicos de Serviço Social a fim de mensurar o posicionamento dos mesmos frente a Questão Racial na sociedade brasileira assim como no processo de formação profissional.

Palavras-chave: Racismo. Questão racial. Serviço Social. Formação profissional.

Abstract

Makes it necessary to question the Racial Issues in the Social Services, as the race / ethnicity category appears as a common feature in the population affected by the Social Issues. The study shows evidence that shows the importance of discussing this issue in the academic field as part of the core curriculum of vocational training. To do this it was necessary to conduct a search for Academic of Social Services in order to measure the position of the same against racial issue in Brazilian society as well as the professional training process.

Keywords: Racism. Race. Social Service. Vocational training.

Introdução

O Serviço Social diferentemente de outras profissões, apesar de não produzir ciência, tem a capacidade de utilizar de maneira hábil diferentes ramos das ciências humanas e sociais, caracterizando-se e privilegiando-se por uma visão capaz de decifrar as mazelas sociais ou seus determinantes resultantes da ordem capitalista excludente.

Apesar desta habilidade de olhar os fenômenos sociais a partir da sua totalidade, percebe-se que a categoria etnia/raça ainda é pouco explorada pela profissão. Em alguns estudos

¹Assistente Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Especialista em Gestão e Desenvolvimento de pessoas e Didática do ensino superior, pós graduanda no curso de Gestão de políticas públicas em Gênero e Raça pela UFES e Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Multivix São Mateus.

já realizados abordando tal temática, percebe-se o quão ínfima é a produção teórica (MARQUES, 2007), ou a discussão do Serviço Social em relação a mesma.

Tal fato nos leva a algumas provocações: Por que não problematizar como tal categoria vem sendo trabalhada de maneira tão tímida? A categoria profissional ao não fomentar a discussão sobre tal questão não estaria negando a sua existência e assim deixando de contribuir para que seja dirimida a reprodução da desigualdade racial? Como esta residualidade repercuti na formação dos novos profissionais e conseqüentemente no atendimento à população?

Não se pretende aqui eleger um caráter salvífico à profissão e tão menos contribuir para o retrocesso no que se construiu no/e pelo Serviço Social, porém a problematização da Questão Racial hoje no âmbito da profissão deve ser incluída efetivamente na agenda de discussão da Profissão. E mais do que isso, fomentar uma discussão que resulte na busca por uma instrumentalidade que seja capaz de produzir respostas, que possam orientar os profissionais na sua realidade vivida, assim como desta camada da população, uma vez que majoritariamente a população usuária que sofre com o atendimento precário e/ou não atendimento por parte do Estado, possuem a cor da pele enquanto fator determinante. Como explicita Eurico

O racismo no Brasil, enquanto uma construção sócio-histórica, traz consigo o preconceito e a discriminação racial, acarretando prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia. Reforça-se pela linguagem comum, mantém-se e alimenta-se pela tradição e pela cultura, ao mesmo tempo em que influencia vida, a forma como as instituições se organizam e as relações interpessoais (EURICO, 2013, p. 293).

Assim, a referida pesquisa possui como objetivo central discutir a importância e urgência em se problematizar a Questão Racial no âmbito acadêmico, partindo da premissa de que a pouca discussão acerca da temática na formação profissional, têm repercutido diretamente no atendimento da população negra, no que se refere a operacionalização das políticas sociais em que atuam os profissionais de Serviço Social, dificultando a efetivação do projeto ético-político e profissional da categoria.

Para a apreensão do mesmo, alguns caminhos foram percorridos com base nos pressupostos teórico e metodológicos da pesquisa qualitativa, dentre eles, um diálogo acerca da dicotomia desigualdade racial e social no Brasil, assim como a discussão sobre a questão Racial na profissão com vistas a problematizar a referida temática e a sua repercussão na prática profissional e, por fim, uma pesquisa de campo envolvendo os acadêmicos de Serviço Social, objetivando explorar como e qual o posicionamento dos mesmos, acerca da Questão Racial no âmbito do Serviço Social, seu conhecimento e entendimento em relação à da Questão Racial² na sociedade brasileira.

Quando o quesito cor não é uma coincidência dentro da desigualdade social

Ao analisarmos a situação social do Brasil, identificaremos números nada satisfatórios. Há anos, o Brasil vem amargando índices de desenvolvimento humanos preocupantes, os quais reafirmam a necessidade de uma mudança estrutural, para que se possa oferecer com dignidade o que já está preconizado pela Constituição Federal. E para o entendimento das raízes destes números é necessário olhar para tal fenômeno considerando a sua historicidade, ou seja, o tempo e o espaço em que ela ocorreu.

Deste modo, analisando a formação sócio-histórica do país, percebe-se algumas questões que traduzem o cenário atual. O Brasil teve sua formação pautada no regime escravocrata, tal regime teve como base o “sequestro” da população negra de seu continente com o objetivo de satisfazer as “necessidades” dos Europeus aqui instalados.

Após anos de escravidão e a partir das lutas abolicionistas, a população negra mesmo que de forma embrionária, galgava o sonho do reconhecimento, de serem vistos e tratados como iguais, porém não foi esta opção de liberdade que lhes foi concedida. Com o fim da escravidão, o Brasil (um dos últimos países a “desistir” o regime escravocrata) diferentemente de muitos outros países, a faz da maneira mais cruel, abandonando até então quem lhes havia “servido” à própria sorte. Além de não oferecer estrutura para os mesmos, que naquela ocasião “livres” pudessem ter a oportunidade de angariar caminhos

² É na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude, na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, ao estabelecer relações afetivas, no acesso e permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar. Enfim, é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade social (EURICO, 2013, p. 295).

ascensionais, o que se presenciou foi um processo na busca por embranquecimento da sociedade brasileira, utilizando enquanto estratégia a imigração Europeia, sob a alegação de que os negros não eram tão preparados na execução do trabalho. Sobre tal fato, descreve Brito

O fim da escravidão e a substituição da mão de obra por trabalhadores europeus, sem a preocupação com a readequação dos ex-escravos que passaram agora a ocupar a posição de desempregados, transformava-os em desempregados permanentes ou subempregados. [...] Desencadeando uma série de processos, entre eles o aprofundamento das condições de miséria da população negra (BRITO 2013, p. 5).

Deste modo, a população negra que viveu durante anos sob um processo de desumanização se viu totalmente desassistida pelo Estado e tal posicionamento ecoa até os dias atuais demonstrando o “lugar reservado” para o negro na sociedade brasileira que possui como base da sua formação tal contexto. De acordo com o relatório do IPEA:

Negros nascem com peso inferior a brancos, têm maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade, têm menor probabilidade de frequentar uma creche e sofrem de taxas de repetência mais altas na escola, o que leva a abandonar os estudos com níveis educacionais inferiores aos dos brancos. [...] têm probabilidades menores de encontrar um emprego. Se encontrarem um emprego, recebem menos da metade do salário recebido pelos brancos, o que leva a que se aposentem mais tarde e com valores inferiores, quando o fazem. Ao longo de toda a vida, sofrem com o pior atendimento no sistema de saúde e terminam por viver menos e em maior pobreza que brancos (IPEA 2007, p. 281).

Este breve, porém importante resgate histórico nos permite então fazer algumas afirmações e a principal delas é que o Brasil possui enquanto problema central sim a desigualdade (aliás, uma de suas maiores marcas), porém ela não é apenas social e sim sócio racial, e esta afirmação pode ser comprovada através dos números das pesquisas oficiais em órgãos como o IPEA ou IBGE, que revelam as desvantagem sofridas pela população negra em relação a população branca no que se refere o acesso aos direitos sociais básicos. Ou conforme explicita Abreu (1999, p.51) “A discriminação racial existente em nosso país exclui os membros da comunidade negra da sociedade geral, relegando-os a uma cidadania amedrontada”.

E sob tal aspecto a população negra sobrevive a mais de três séculos de plena invisibilidade social, sob uma realidade na qual a mesma enfrenta diariamente: como estigmas, preconceitos, violências físicas e estruturais que dizimam, impedem e

dificultam grande parte da mesma sair de sua condição de não cidadão, caracterizando um *Apartheid* à brasileira

Ainda dentro deste contexto, um outro aspecto que contribui para produção, reprodução e escamoteamento do racismo cometido no Brasil é o mito da democracia racial, sob este conceito ideológico, parte-se do princípio de que todos são iguais e que o País e seu povo são e devem ser vistos como tal, justificando um atendimento sem “vantagens” para este ou aquele que fazem parte de qualquer grupo étnico, a influencia do referido pensamento nos permite afirmar que o mesmo se constitui bastante poderoso na tarefa de desarticulação dos negros e de legitimação das desigualdades raciais, a respeito deste, explicita o autor:

[...] o mito da democracia racial [...] naturaliza os espaços subordinados que negros e negras ocupam na sociedade e invisibiliza as relações de poder entre as populações negra e branca. O resultado é uma sociedade em que o racismo e as desigualdades sociais dele resultante não se revelam, não se debatem, parecem não existir. O problema, dizem, não é o racismo, é a pobreza; as desigualdades não são raciais, são sociais (CICONELLO, 2008).

Ainda por influência da referida ideologia, é importante registrar que o mesmo Estado que se diz protetor, têm se demonstrado omissos e por muitas vezes praticante e reprodutor da ideologia racista. Tomando novamente como base os dados oficiais, os mesmos têm apontado, que em vários serviços ofertados pelo Estado, o atendimento fornecido para a população negra é negativamente diferenciado, o que caracteriza o Racismo Institucional, que de acordo com o GT de Combate ao Racismo Institucional, se pauta em “[...] sempre colocar pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações” (CRI, 2006, p.22).

O Estado por sua vez, como estratégia de distensionamento das várias reivindicações e lutas presididas principalmente pelo Movimento Negro, lançam legislações, também conhecidas como ações afirmativas por se caracterizarem pelo reconhecimento da necessidade de se adotarem “medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade” (BRASIL, 2001) como instrumento de resguardo dos direitos sociais da referida população. Tais medidas, apesar dos avanços

proporcionados, têm se resumindo em ações focalizadas e residuais, uma vez que tais legislações não passam por um processo efetivo de regulação quanto a sua operacionalização, auxiliando ainda de maneira tímida na valorização da cultura africana no País como também na redução ou eliminação da violação de direitos.

A exemplo destas ações podemos citar a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana na educação. Em consonância com a referida lei, o Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana orienta que as instituições de ensino superior devem de acordo com o Parecer CNE/CP03/2004 “[...] elaborar uma pedagogia antirracista e antidiscriminatória e construir estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa como sujeito de direitos”. Porém pela falta de um sistema de regulação efetivo esta é uma realidade distante de ser efetivada.

Ainda dentro desta análise, não se pode deixar de pontuar que a produção e reprodução da Questão Racial, além de todas as problemáticas levantadas que se encontram mergulhadas de uma história renegada, se torna ainda mais perversa se pensada dentro do contexto do sistema capitalista, pois o mesmo dentre muitas de suas artimanhas, se pauta na ideia da meritocracia enquanto ideal, negando as mazelas por ele criadas e responsabilizando o sujeito pelo não atingimento de sua ascensão social, além disso, tendo o Estado como parceiro e influenciado pelo mito da democracia racial desconsidera as desvantagens sofridas pela população negra, no que se refere a oportunidades e possibilidade de ampliação de espaços, inclusive no mercado. Assim afirma Martins (2012)

[...] as desigualdades do negro no mercado de trabalho estão correlacionadas com as crescentes estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital. [...]. Contudo, se entrelaçam os elementos raciais que, a partir da dinâmica das relações sociais do capitalismo brasileiro, vão evidenciando os mecanismos que constroem e reconstroem — embora de forma velada e sob a égide da democracia racial — os elementos constitutivos da discriminação e da desigualdade racial no Brasil (MARTINS, 2012, p. 458).

O que a autora supracitada alerta em seu estudo e para que não se cometa uma análise reducionista da população negra dentro do sistema capitalista é que as desvantagens sofridas pela população negra, não são apenas de caráter socioeconômicos, tais

desvantagens são impulsionadas pelo preconceito e discriminação racial se firmando como fatores que influenciam na inserção ou não do homem e da mulher negra no mercado de trabalho. Considerando que o trabalho é a mola propulsora do homem, na forma como ele vivencia ou molda a sua sociabilidade, podemos a partir daí ter uma noção mais clara, das consequências deste para população negra na sociedade.

Serviço social e a questão social x questão racial

O Serviço Social é uma profissão que possui como identidade central a luta pelos direitos da população e grupos específicos em que os direitos são violados, resultantes de um Estado que tem se colocado cada vez mais excludente obedecendo a uma lógica neoliberal.

Para tal o mesmo utiliza o materialismo histórico dialético³ como base da análise dos fenômenos e processos sociais que trabalha, por acreditar que este método explicita de maneira mais fidedigna as consequências negativas sofridas por esta sociedade formada por uma base desigual.

Assim, a profissão possui como objeto de intervenção a Questão social⁴ e suas múltiplas expressões, como o desemprego, a falta de saúde, a violência, a falta de acesso a educação, ou seja, fatores que impedem qualquer pessoa de viver sua cidadania, dificultando a possibilidade de mobilização ascensional. Como assinala Rocha (2011, p. 8), é sobre tal realidade que os Assistentes Sociais serão chamados a intervir e para tal deverão estar pautados no seu código de ética, orientando-se no uso eficaz de ferramentas teórico-metodológicas adequadas.

Porém, em se tratando de Brasil e de acordo com o retrospecto histórico citado anteriormente, os dados estatísticos têm apontado um ponto em comum nas expressões

³ O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (CAMPOS,1997).

⁴ [...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade cível e o poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

acima citadas, que é a predominância da população negra, ou seja, em todas as violações de direitos recorrentes no Brasil o índice de pessoas negras é consideravelmente maior que o índice de pessoas brancas. Sob este aspecto Hasenbalg (1978 *apud* Lopes, 2013), reflete: “[...] é fato que os Assistentes Sociais reconhecem a desigualdade, porém os mesmos devem ter ciência de que ela é fruto da discriminação racial e que para repensar uma cidadania é preciso incorporar os desafios sistemáticos à prática do racismo”.

O que leva a reflexão sobre como o Serviço Social tem e deve se comportar diante destas questões e de que maneira a profissão têm contribuído na busca pela amenização desta problemática. Ou seja, ao se trabalhar a questão social objetivando cumprir o projeto ético-político da profissão deve-se refletir se a categoria raça tem sido trabalhada de forma que se contribua para a dissolvimento da Questão Racial. Devemos nos atentar que na busca pela universalização de acesso das políticas e direitos sociais, não são todos vistos, tratados e atendidos de forma universal, e que em algumas realidades a leitura que se faz deste princípio, desconsidera as peculiaridades de grupos específicos.

Não se pretende aqui tecer um discurso contrário ao princípio ou a defesa da universalidade de direitos e conseqüentemente de acesso as políticas sociais, bandeira esta defendida pelo Serviço Social, porém é fato que não se deve deixar de problematizar a importância e urgência de ações afirmativas que em muitas realidades são operacionalizadas por profissionais de Serviço Social, devendo ser vistas como um caminho para o alcance da universalização e que para além disso, elas são resultantes de um processo de luta e demandas presididas pelo Movimento Negro. Conforme Eurico

O discurso dominante que ainda insiste em desvalorizar a população negra, sua cultura e suas tradições, perde legitimidade à medida que o debate racial avança, desconstruindo estereótipos. Concomitantemente, as diversas mobilizações do Movimento Negro culminaram em medidas como a criminalização do racismo, as políticas afirmativas, a defesa da equidade na educação e na saúde, entre outros direitos sociais (EURICO, 2013, p. 298).

Um outro fator que têm contribuído para a falta de problematização da Questão Racial no âmbito do Serviço Social é a inexpressiva produção teórica do Serviço Social abordando tal assunto, em alguns levantamentos já realizados percebe-se que a categoria raça/etnia têm sido pouco trabalhada ao longo dos anos no Serviço Social, o que nos fornece

subsídios para uma reflexão acerca desta falta de atenção que a temática tem recebido. Como aponta Carvalho e Silva (2005, p.129):

A partir desse levantamento foi possível identificar que no conjunto da produção bibliográfica dos programas de Pós-graduação da área de Serviço Social: livros e coletâneas; capítulos de livros; artigos publicados em periódicos e trabalhos completos publicados em anais no período de 2001-2003, o eixo “Etnia/raça” ocupou o 21º lugar com 28 produções (1,6%) (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 129).

Diante de tal constatação percebe-se a urgência em problematizar o pouco interesse da categoria no processo investigativo que aborda tal temática, refletindo uma contradição ao nos reportarmos mais uma vez ao projeto ético-político e pela busca emancipatória na concretização dos direitos sociais, uma vez que a concretização do mesmo exige um olhar com vistas a totalidade, considerando criticamente a historicidade inserida.

Desta forma, torna-se imprescindível considerando a realidade brasileira e sua formação histórica, a incorporação desta temática na concretização de um projeto profissional vinculado a uma nova ordem societária em consonância com as diretrizes curriculares e com os princípios norteadores do seu projeto ético-político, neste sentido Yamamoto (2001, p.114) destaca que “[...] para dar conta da questão social, hoje, é preciso decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. decifrando as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais”.

Devemos nos atentar que a carência de estudos e debates acerca da questão racial têm trazido algumas implicações que refletem diretamente no exercício profissional, uma vez que se os Assistentes Sociais na sua realidade vivida ao não perceberem o quanto este recorte influencia no seu atendimento, não contribuirão para a concretização do projeto ético-político na consolidação do projeto profissional emancipatório, ou seja, é apenas a partir desta leitura que os profissionais poderão através da sua instrumentalidade, traçar estratégias que contribuirão para a diminuição da desigualdade social que se encontra embebida pela desigualdade racial. Tendo como principal *locus* as salas de aula, proporcionando aos acadêmicos a oportunidade de conhecer a referida história e elementos básicos para uma análise da sociedade brasileira, como assinala Lopes (2013)

Desse modo, o assistente social precisa refletir sobre o seu papel diante das questões que envolvam os afrodescendentes, e, a partir daí, pensar estratégias metodológicas para a realização dessa abordagem, contribuindo para o enfrentamento das questões raciais em todos os âmbitos institucionais nos quais esteja inserido (LOPES, 2013).

3-Questão Racial na formação profissional.

Como parte desta pesquisa e a fim de mensurar sobre a importância da temática no processo de formação profissional, foi aplicado um questionário contendo três questões, com acadêmicos de Serviço Social em uma dada instituição de ensino superior, o público-alvo pesquisado foram acadêmicos cursando o 7º período da graduação, a escolha deste público se deu pela premissa destes possuírem uma base teórica avançada e terem uma noção mais concisa sobre a profissão e o seu papel na sociedade.

A escolha dos mesmos se deu de formar aleatória, se dispuseram a responder o questionário 11 alunos em um universo de 29. Dos participantes da pesquisa as idades variam entre 19 a 43 anos, sendo 10 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, quanto a etnia, 3 se autodeclararam de cor negra e 8 se autodeclararam pardos.

O primeiro questionamento buscou conhecer dos mesmos, sobre a importância de se trabalhar a questão da diversidade étnico-racial no Serviço Social. Foi unânime entre os entrevistados o reconhecimento sobre a importância de se trabalhar a questão da diversidade étnico-racial na formação, tendo este como fator contribuinte na busca pela concretização dos direitos.

“Acho importante é um tema que está sendo esquecido na sociedade”(Acadêmico A)

“Sim pois nelas está concentrada o cerne da questão social, sendo assim é importante para o Serviço Social trabalhar a questão das diversidades de diferentes raças e culturas”(Acadêmico B)

“A meu ver, discutir a questão da diversidade étnico-racial no Serviço Social, se faz pertinente pelo fato de que, o Assistente Social na sua vida profissional, atende a um público diversificado, onde se faz necessário que o mesmo possua embasamento teórico que lhe permita atender as demandas da questão supracitada. Além do que, a diversidade étnico-racial possui grandes discussões em que o entendimento e a compreensão do profissional é pertinente para se ofertar um serviço de qualidade.”(Acadêmico D)

“Acho importante pois a questão étnico-racial no curso, está sem visibilidade e é viável acrescentar esta proposta didática à grade curricular do Serviço Social”(Acadêmico J)

“Sim porém não só trabalhar este público no âmbito da profissão em foco e sim pensar em uma integralidade de acessos, promoção e inserção do mesmo

nas políticas pública, como também as comunidades indígenas, a população LGBT e principalmente discutir e desenvolver ações que visam a valorização ou até mesmo o reconhecimento dessa população enquanto agente responsável pelo arcabouço histórico, econômico, cultural e político da realidade brasileira apresentada até então.”(Acadêmico K)

O reconhecimento da importância da temática por parte dos acadêmicos entra em consonância com a proposta do projeto ético-político profissional, que sugere como explicita Netto (1999, p. 104-105) “[...] um projeto profissional que se articule a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”.

O segundo momento propôs a entender se os mesmos possuíam conhecimento o suficiente para analisar e entender a situação da população negra na sociedade brasileira. Dos 11 entrevistados, apenas um (acadêmica F) declarou ter conhecimento teórico e de vivência (por já ter sido vítima de preconceito racial), quanto a situação do negro na sociedade, a grande maioria (10 estudantes) declararam que o conhecimento que possuem sobre a temática vem do senso comum e que não possuem elementos suficientes para uma análise fundamentada.

“Não, mas vou me aprofundar no assunto para maior entendimento”(Acadêmico C)

“Sim, conhecimento teórico e prático (no cotidiano, visualizando e vivendo situações/ações preconceituosas) na realidade brasileira existe uma forte exclusão e marginalização de indivíduos negros.” (Acadêmico F)

“Sim. Independente de raça ou etnia, todos devem ter tratamento igual.”(Acadêmico H)

“O meu conhecimento ainda é deficiente no que se refere a uma análise profunda do tema, posso afirmar que tenho um conhecimento superficial acerca da situação desta população.”(Acadêmico J)

Este item deve nos servir como um “alerta vermelho”, pois traduz como a pouca abordagem desta temática no meio acadêmico poderá influenciar na forma de operacionalização profissional dos mesmos futuramente. O que também vai de encontro com alguns questionamentos lançados durante a pesquisa.

Pois tendo a Questão Social (elemento que possui sua gênese na contraditória relação capital/trabalho) enquanto objeto que fornece materialidade a profissão, ao não realizarmos uma análise conjuntural considerando todas as tramas que balizam a sua formação, corremos o risco de fazê-la de forma residual. Ou, como explicita Gonçalves

Filho (2007 *apud* CONCEIÇÃO, 2013, p. 52), “[...] em nossos dias, quem separa o racismo da luta de classes tende ao desconhecimento, descaracterização e simplificação desses fenômenos. O racismo foi sempre uma manifestação especial da dominação”.

Sendo assim, o atendimento de um público/categoria sem o conhecimento de sua trajetória histórica (a qual acarreta consequências que ecoam na dinâmica de sua sociabilidade), corre o risco de se tornar superficial e obsoleta.

Em um terceiro momento a pesquisa se propunha mensurar o entendimento e opinião dos acadêmicos em relação as políticas afirmativas. Dos participantes, 4 não souberam, ou não quiseram responder (Acadêmico A, G, H e J), enquanto os demais explanaram um conhecimento superficial (Acadêmico B, D, E, K), em apenas duas respostas presenciase a negação na operacionalização da mesma, por não acreditarem na sua eficácia (Acadêmico C e F) e em um discurso o entrevistado acredita que a política afirmativa pode promover a discriminação reversa. (Acadêmico I)

“As políticas afirmativas são pertinentes, porém, ao meu ver os seus direcionamentos, ou seja, a maneira como tais estão sendo conduzidas merecem mais atenção. Pois na prática estas políticas estão fragmentadas, além de que a segmentação de tais exclui alguns públicos. Mas as considero importantes e no contexto em que vivemos do acesso aos direitos, ou seja, a sua criação, elas acabam camuflando inúmeras expressões da questão social.”(Acadêmico D)

“São políticas fragmentadas, não atendem por completo as necessidades dos indivíduos atendidos pelas mesmas.”(Acadêmico F)

“São aquelas que visam um determinado público, focaliza um grupo específico. Penso que elas são bem-vindas para que determinados públicos sejam ouvidos ou vistos perante a sociedade. Ao mesmo tempo essas políticas podem de alguma forma outros grupos sejam excluídos, ou seja, não tem os mesmos direitos que um grupo que tenha uma política afirmativa.”(Acadêmico I)

“Ainda não me foram apresentadas estas políticas, no entanto a partir daqui buscarei saber sobre.”(Acadêmico J)

“Políticas afirmativas ou focalistas são aquelas implantadas por um governo que visa apenas uma demanda específica; direcionada para aquele atendimento afim e que normalmente tem um tempo para a sua efetivação.”(Acadêmico K)

Neste último item foi constatado um conhecimento superficial das políticas afirmativas, assim como a proposta da mesma, um fator preocupante, uma vez que, o número de Assistentes Sociais que vem atuando na operacionalização de tais políticas vem aumentando. Preocupação esta já abordada por Amaro (2005, p. 67) ao afirmar que nem sempre o trajeto de discriminação e exclusão que arrasta os negros ao atendimento na

Assistência por exemplo é de conhecimento dos atores institucionais envolvidos no processo.

Ainda temos muito o que conversar...

Diante das apreensões, faz-se necessário citar Florestan Fernandes (1978, p. 75) quando o mesmo afirma que “[...] na desigualdade existem os mais desiguais; a desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira”.

Discutir a Questão Racial e problematizá-la no cotidiano profissional mostra-se uma questão urgente uma vez que, os profissionais na sua realidade vivida, ao se depararem com as diversas expressões da questão social, e não possuem elementos que os coloquem no cerne desta discussão, continuarão a perpetuar como esta categoria (raça/etnia) vem sendo trabalhada de forma tão superficial. Para além da discussão, a falta da mesma reflete diretamente na proposição e construção de instrumentos metodológicos que possam orientar os Assistentes Sociais no seu cotidiano profissional.

E para a concretização deste faz-se necessário trabalhar a questão racial como uma disciplina obrigatória no processo de formação profissional, oportunizando os acadêmicos a conhecerem a base de formação histórica do País de maneira crítica, fornecendo elementos para que os mesmos possam dentro do seu processo de análise, desacortinar e realizar uma leitura mais profunda da Questão Social na realidade brasileira que se encontra embebida pela Questão racial.

REFERENCIAS

ABREU, S. **Os descaminhos da tolerância**: o afro-brasileiro e o princípio da isonomia e da igualdade no direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

AMARO, S. A questão racial na assistência social: um debate emergente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 81, p. 58-81, 2005.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Declaração de Durban e plano de ação**. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 3., 2001. Brasília (DF): FCP/MinC, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história afrobrasileira e africana.** Brasília (DF): SECAD, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana.** Brasília (DF): Secad; Seppir, 2009.

BRITO, Â. E. C. de. **O ontem eterno?** Moradia e desigualdade sócio racial no Brasil, desafio para o Serviço Social. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013. Belo Horizonte, 2013.

CARVALHO, D. B. B. de; SILVA, M. O. da S. e. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

CICONELLO, A. **O desafio de eliminar o racismo no Brasil:** a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. Oxford: Oxfam International, 2008.

CRI. **Articulação para o Combate ao Racismo Institucional.** Identificação e abordagem do racismo institucional. Brasília (DF), 2006.

CONCEIÇÃO, R. M. da. **A Questão racial como expressão da questão social:** um debate necessário para o serviço social. Rio de Janeiro: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2014.

EURICO, M. C. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.** Serv. Soc. Soc, n. 114, p. 290-310, 2013.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

GOMES, N. L. **Educação e relações raciais:** refletindo sobre algumas estratégias de atuação. Superando o racismo na escola. SECAD/MEC/BID/UNESCO, 2005.

IAMAMOTO, M. V.; DE CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2001.

IPEA. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise. Edição Especial, n. 13, 2007.

LOPES, J. de C. S.; BARROS, E. S. O.; DEUS, T. F. de. Os desdobramentos do racismo na realidade escolar e os desafios para o serviço social: contribuições para o debate. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013. Belo Horizonte, 2013.

MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serv. Soc. Soc.**, n. 111, p. 450-467, 2012.

MARQUES JUNIOR, J. S. **Serviço Social e questão racial:** um balanço da produção teórica no Pós-Durban. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)-Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CEFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Módulo 1. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília (DF): Cead, 1999.

PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface**, v. 1, n. 1, ago. 1997.

ROCHA, R. da F. A questão étnico-racial e a sua relevância no processo de formação em serviço social. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2011. Comunicação.

SILVA, L. F. M. da. **Discriminação racial e desigualdade social na ordem do dia:** algumas considerações sociojurídicas sobre a criação de políticas públicas de ação afirmativa para afrodescendentes no Brasil. 2012.

VIEIRA, B. M. C. O Serviço Social ante as Desigualdades Sociais Advindas da Discriminação Racial no Brasil. **Libertas**, v. 13, n. 1, 2013.